

OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DO GEFRON NA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DE MATO GROSSO COM A BOLÍVIA PARA O AGRONEGÓCIO DA REGIÃO

Danilo Segóvia Moreira¹

Fábio Ricas de Araújo²

Waldir Félix de Oliveira Paixão Junior³

Wladimir Colman de Azevedo Junior⁴

RESUMO

Este artigo faz um estudo sobre a evolução da Segurança Pública na fronteira do estado de Mato Grosso. Buscou analisar a relação entre a atuação do GEFRON no combate aos crimes transfronteiriços e o desenvolvimento do agronegócio na região de fronteira, bem como determinar quais os possíveis reflexos para a Segurança Pública dessa relação. Quais os impactos da atuação do GEFRON no enfrentamento aos crimes transfronteiriços para a economia da região e os reflexos para a Segurança Pública são os problemas a serem resolvidos. Com os resultados obtidos a hipótese é de que a atuação do GEFRON contribui para o desenvolvimento econômico da região de fronteira entre Brasil e Bolívia. O procedimento metodológico adotado foi o comparativo, no contexto da pesquisa descritiva e exploratória. Utilizou-se um método de abordagem dedutivo, adotando a natureza da pesquisa quantitativa.

Palavras-chave: Mato Grosso – Gepron – fronteira – impacto – economia.

ABSTRACT

This article makes a study on the evolution of Public Security on the border of the state of Mato Grosso. It sought to analyze the relationship between GEFRON's action in combating cross-border crimes and the development of agribusiness in the border region, as well as determining what are the possible consequences for Public Security of this relationship. What are the impacts of GEFRON's actions in tackling cross-border crimes for the region's economy and the consequences for Public Security are the problems to be solved. With the results obtained, the hypothesis is that GEFRON's performance contributes to the economic development of the border region between Brazil and Bolivia. The methodological procedure adopted was comparative, in the context of descriptive and exploratory research. A deductive approach method was used, adopting the nature of quantitative research.

Keywords: Mato Grosso – Gepron – border – impact – economy.

¹ Tenente Coronel da PMMT, Especialista em Estudos de Comando e Estado Maior pela APMCV/PMMT.

² Tenente Coronel da PMMT, Especialista em Estudos de Comando e Estado Maior pela APMCV/PMMT.

³ Tenente Coronel da PMMT, Especialista em Estudos de Comando e Estado Maior pela APMCV/PMMT.

⁴ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Pará (2019).

INTRODUÇÃO

A produção agropecuária exige gestão com escolhas racionais para lidar com incertezas (variação cambial, dinamismo da legislação, clima, etc.). O processo decisório impacta no custo da produção refletindo na composição da lucratividade da atividade. Muita tecnologia tem sido usada para melhorar o acesso as informações e facilitar o processo decisório. Todas essas atividades geram custos de transação que são custos que surgem para garantir que as regras do jogo sejam seguidas e todo esse custo é fundamental para definição da estratégia de governança das empresas. Segundo Andrade; Rezende e; Bernardes (2011), os custos de transação seriam:

Custos de transação ex ante aqueles anteriores e preparatórios da transação. Ou seja, são os custos envolvidos em levantar informações acerca da transação, bem como em criar salvaguardas aos contratos firmados. Já os custos de transação ex post se referem aos custos de possíveis adaptações do contrato original e de vigilância do cumprimento das cláusulas do acordo firmado entre os atores. Envolvem também os custos de reparação de danos decorrentes de ações indevidas e das perdas associadas a tais ações.

Uma unidade rural, portanto, contabiliza os custos de produção e os custos de transação. Conforme Pinho, Vasconcellos e Toneto Jr (2017), por meio de políticas públicas de incentivo ou desincentivo à produção, o Estado pode impactar os custos de produção. Outras ações podem provocar reflexos no ambiente institucional e causar a redução dos custos de transação, neste aspecto é que se encontra a Segurança Pública, responsável por mitigar o comportamento oportunista. Este comportamento tende a inibir a realização de investimento na região, gerando impactos para toda a economia. Neste sentido ao atuar contra o crime, as forças de segurança pública, contribuem para a manutenção da expectativa do investidor.

A questão da violência em zonas rurais pode ser compreendida com o Estudo sobre a Criminalidade no Campo, realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2017):

Embora a criminalidade nas cidades monopolize a atenção da mídia e da sociedade, o crime – em especial o furto e o roubo à mão armada – vem crescendo nas propriedades rurais nos últimos anos, mantendo em risco constante os bens e a segurança pessoal dos produtores e de suas famílias. O estudo indica ainda sobre a necessidade de conhecer e propor ações e medidas preventivas que possam ser adotadas pelos produtores rurais e pelas autoridades de Segurança Pública nos

níveis nacional, estadual e municipal, assegurando ao homem do campo e à sua família condições plenas de trabalho.

Na região de fronteira a insegurança é potencializada devido a características peculiaridades, como por exemplo, legislação e atuação policial divergente possibilitando o criminoso buscar guarida no país vizinho que tenha legislação menos rigorosa. O território brasileiro faz fronteira com outros 10 países da América do Sul. Ao norte faz fronteira com Suriname, Guiana, Guiana Francesa e Venezuela, a oeste com Peru e Bolívia, a Noroeste com a Colômbia, a Sudoeste com Paraguai e Argentina e ao Sul com Uruguai. A fronteira brasileira com a Bolívia é a mais extensa fronteira terrestre do país com outra nação, passando por Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso, de seus 141 municípios, 28 estão situados na faixa de fronteira com a Bolívia, conhecida também como região oeste do Estado, abrangendo 3 biomas diferentes, Amazônia, Pantanal e Cerrado. São mais de 900 quilômetros de fronteira entre os dois países com a característica de ser uma fronteira sem conurbação entre suas cidades.

Além disso, somando a essa questão territorial, o fato da Bolívia estar posicionada entre os maiores países produtores de cocaína da América do Sul, torna os limites do Estado de Mato Grosso com esse país uma área preocupante do ponto de vista da Segurança Pública. Não obstante o declínio na produção de droga pelos países andinos nos últimos anos, o Brasil teve um acréscimo considerável na apreensão de droga, consoante dados do Relatório Mundial de Drogas (2020 p.27):

Em contraste com a tendência em nível global, a quantidade total de cocaína apreendida na América do Sul diminuiu 4 % entre 2017 e 2018, para 721 toneladas, com a maioria dos países dessa sub-região relatando uma queda. A Colômbia relatou uma diminuição de 7 % na apreensão de produtos de cocaína para 457 toneladas em 2018, enquanto Peru e Bolívia, cada um relatou um declínio de 8% e Equador, um declínio de 5%. Em contraste, o Brasil relatou um aumento significativo (65 %) e, portanto, registrando seu nível mais alto de apreensões de cocaína (79 toneladas), colocando o Brasil em segundo lugar em apreensões de cocaína em América do Sul, depois da Colômbia. Paralelamente, há indícios de tendência do tráfico em produtos intermediários, pasta base de coca, da Colômbia para outros países do Sul América, América Central, Caribe e Europa, sugerindo que a etapa final do processo de fabricação do cloridrato de cocaína pode estar ocorrendo cada vez mais do lado de fora Colômbia. No geral, 15 países relataram ter processo de fabricação dentro do próprio país, durante o período de 2011-2014, aumentando

para 21 países no período de 2015-2018, com o número de laboratórios de processamento de produtos de coca fora dos três países andinos (Colômbia, Peru e Bolívia, surgindo uma média de 67 por ano durante o período de 2015-2018 para 108 por ano durante o período de 2015-2018. De acordo com fontes da mídia, esse desenvolvimento pode apontar para mudanças nos padrões de produção e fornecimento e pode indicar mudanças no envolvimento de organizações criminosas que se originaram fora das regiões produtoras de folha de coca.

As condições sociais, econômicas e demográficas que perfazem a fronteira entre Mato Grosso e a Bolívia favorecem atividades ilícitas como o tráfico de drogas. Nas palavras de Araújo; Puhl (2016 p.44), “por ser território de “fronteira seca” e a travessia da linha limítrofe ser bastante habitual, alguns problemas de segurança e controle são preocupações para os agentes públicos, para as autoridades e para as populações fronteiriças de forma geral”. A maior preocupação nessa região é com relação ao tráfico de drogas.

Em contrapartida, a economia têm-se desenvolvido na região de fronteira, principalmente com relação a pecuária conforme demonstra Araújo; Puhl (2016 p. 26):

Entre meados do século XIX e do XX, o volume da economia mato-grossense na faixa da fronteira se dava pela criação de gado vacum, cavallar e muar, nas 23 “charqueadas” e cercanias. Em Cáceres, o rebanho bovino ultrapassava 500 mil reses. Somente na fazenda Descalvados (produtora de carne industrializada) havia cerca de 300 mil reses, na década de 1930, e produzia extrato (industrializado) de carne para exportação nos mercados europeus. A produção de grãos (feijão, milho e arroz), de açúcar e aguardente, extração da borracha, da poaia (ipêcacuanha) e atividades de caça completavam a economia rural de Cáceres.

Ao mesmo tempo em que a região de fronteira avançou economicamente, a violência foi ocupando espaço. Para Monteiro (2016 p. 128), “Apesar de ser uma região povoada por uma população pacífica, a maioria dos crimes que ocorrem, referem-se ao interesse econômico externo, de transporte de produtos ilícitos, especialmente drogas, para regiões distantes da fronteira”.

Consoante com o entendimento de Steiman (1995), “a fronteira oeste do Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ganharam importância com relação aos demais corredores de entrada de droga no Brasil”.

Dentro desse cenário, em 13 de março de 2002, por meio do Decreto 3.994, foi criado o Grupo Especial de Segurança de Fronteira – GEFRON, vinculado à Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso com a missão de enfrentamento aos

crimes transfronteiriços como o tráfico de drogas, roubo e furto de veículos, homicídios, grilagem de terras, formação de quadrilha, entre outros.

Considerando o contexto fronteiriço e a presença de uma instituição de segurança pública na região, torna-se necessário fomentar o estudo sobre as relações público-privadas na faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso, tendo em um dos polos dessa relação a atuação do GEFRON no enfrentamento aos crimes.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo, identificar os impactos da atuação do GEFRON sobre a incidência de crimes e sobre a economia da região de fronteira. A pesquisa foi orientada para a análise, de forma comparativa, sobre a relação entre o crescimento econômico na região de fronteira e a Segurança Pública. Foi feito um estudo sobre a percepção dos produtores rurais, que possuem propriedades nos municípios da linha de fronteira, com relação à importância do GEFRON no enfrentamento aos crimes transfronteiriços da região e a influência para a comercialização de seus produtos.

O Artigo buscou identificar quais os impactos que a atuação do GEFRON, no enfrentamento aos principais crimes transfronteiriços, trouxeram para a economia, mais especificamente, para o agronegócio da região.

A pesquisa se restringiu aos 4 municípios que estão na linha de fronteira com a Bolívia, que são Cáceres, Porto Esperidião, Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade. Foi incluído ainda o município de Pontes e Lacerda pela localização estratégica na fronteira e pelas características econômicas semelhantes com os demais municípios deste estudo. Estes municípios ocupam 100% do território que faz linha de fronteira com a Bolívia, possuem aproximadamente 49% de todo o rebanho de gado da região que compreende os 28 municípios da faixa de fronteira e representam aproximadamente 13 % do PIB dessa mesma região⁵.

Para este estudo foi utilizado um procedimento metodológico comparativo, no contexto da pesquisa descritiva e exploratória. O método de abordagem foi o método dedutivo, adotando a natureza da pesquisa quantitativa. O recorte foi o Estado de Mato Grosso, população dos 04 municípios localizados na linha de fronteira mais o

⁵ Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 08 Mar.2021

município de Ponte e Lacerda. A amostra foi delimitada pelas ações do GEFRON. A técnica de coleta de dados foi a análise documental, a pesquisa bibliográfica e a triangulação na coleta de dados. E utilizou-se a estatística descritiva como técnica de análise.

Por fim, foi aplicado questionário aos sindicatos rurais dos cinco municípios estudados que verificou a percepção dos produtores rurais quanto a importância da atuação do GEFRON na fronteira oeste, bem como se houveram reflexos dessa atuação para a economia da região.

EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA FRONTEIRA DO ESTADO DE MATO GROSSO

No Plano Nacional de Segurança Pública, 2000/02, o Governo Federal abordou a questão da Segurança nas fronteiras. Em seu Compromisso n.1, que trata do combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado, há a previsão do desencadeamento de operações sistêmicas de repressão ao tráfico de drogas, realizadas de forma conjunta por Órgãos Federais e Estaduais da Segurança Pública, com prioridade nas áreas da fronteira centro-oeste e norte do Brasil.

De acordo com Andrade, et al (2011):

A Estratégia de Segurança Pública de Fronteiras (ENAFRON) é um plano que nasce da necessidade de fortalecer o combate à criminalidade transfronteiriça e tem como modelo de gestão a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). É uma articulação interinstitucional e multidisciplinar, com foco no diálogo entre órgãos especializados, secretarias, judiciário, ministérios públicos e entidades não governamentais diretamente relacionadas ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Para o objetivo dessa estratégia, a zona fronteira foi dividida em três arcos. “O primeiro é denominado Arco Norte, composto pelos estados de Roraima e Acre, Amapá, Pará e Amazonas. O segundo é denominado Arco Central, que compreende Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso Sul, e o terceiro é denominado Arco Sul, que inclui Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (CNA, 2017).

“A maioria das cidades localizadas nos três grandes arcos (Norte, Central e Sul) são cidades sem fronteiras, cujas sedes estão localizadas na zona de fronteira. A

maior parte da população fronteiriça está concentrada nas aglomerações urbanas da área. No Arco Norte, a proporção de municípios com sede fora da zona de fronteira é ainda maior” (CNA, 2017).

Ainda na esfera federal foi editado em 2011, o Decreto 7.496, instituindo o Plano Estratégico de Fronteira do Governo Federal.

O Decreto 8.903, de 16 de novembro de 2016, que instituiu o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF, em âmbito nacional, com o objetivo de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços revogando o Decreto 7.496.

No âmbito Estadual foi instituído o Plano Estadual de Segurança de Fronteira pelo Decreto Estadual 2.472, de 28/07/2014, e o Plano Estadual de Segurança Pública, pelo Decreto Estadual Nº 1.972, de 23/10/2013.

Reforçando as ações na fronteira, o Governo Estadual, publicou em 2012 o Decreto 811, criando o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F), composto pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, Polícia Judiciária Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Técnica, DETRAN, Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria Adjunta de Inteligência do Estado de Mato Grosso, Polícia Federal, Delegacia Regional Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria Executiva do GGI Estadual.

Entre as finalidades do GGI-F está a facilitar a coordenação do Sistema de Segurança Pública na faixa de fronteira do Estado, seguindo as orientações do Plano Estratégico de Fronteira de 2011. Nesse contexto, tem avançado algumas políticas públicas, buscando ações e metas que otimizem os recursos à disposição da Segurança Pública para que alcancem efeitos mais eficazes no combate à violência na região de fronteira.

Para Macedo (2017), “as iniciativas visando a integração e articulação das ações do programa com estados e municípios ficarão a cargo do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), grupo que também foi instituído por meio do Decreto Presidencial nº 8.903, de 16 de novembro de 2016”.

Pontua Macedo (2017), que “o objetivo maior do PPIF é integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos estados e municípios situados na faixa de fronteira”.

Recentemente, temos o Plano de Inteligência para Proteção Integrada de Fronteira, Portaria n.10 de 06 de março de 2017, prevendo ações no combate às organizações criminosas, ao tráfico de drogas e armas e à lavagem de capitais.

“No que tange ao espaço de fronteira com o Estado de Mato Grosso, destacamos que há uma extensão geográfica de 980 km, sendo 750 km de limite seco e 230 km de limite aquático. Nessa região, Mato Grosso possui 28 municípios na faixa de fronteira” (MENESES 2010, p.114).

A definição de faixa de fronteira está disposta no art. 1º da Lei 6.634 de 1979, explicitando que “é considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada faixa de fronteira”.

Esse conceito foi incorporado na Constituição de 1988, conforme seu art. 20, com a seguinte redação: “São bens da união...§ 2º A faixa até cento e cinquenta quilômetros de largura das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei.”

A faixa de fronteira entre Brasil e Bolívia é um ambiente complexo como assinala Araujo; Puhl (2016 p. 45):

Na faixa de fronteira se realizam encontros e desencontros, atos lícitos e ilícitos, práticas legais e ilegais como em qualquer lugar, porém essa complexidade parece mais intensa quando consideramos que o país vizinho é um grande produtor de cocaína, juntamente como Peru e Colômbia. Nesse sentido, a fronteira oeste se torna um território frágil pelas condições de acesso aos dois países.

Dentro da Bolívia existem grandes regiões destinadas ao processamento da folha de coca, originando o cloridrato de cocaína e a pasta base de cocaína e que são transportadas para o Brasil, passando pela fronteira com Mato Grosso, transformando o Estado em rota de passagem da droga.

Conforme Cogiolla (2015), o narcotráfico tornou-se um problema de proporções globais:

O tráfico internacional de drogas cresceu espetacularmente durante os anos 80, até atingir, atualmente, uma cifra anual superior a US\$ 500 bilhões. Esta cifra supera os proventos do comércio internacional de petróleo; o narcotráfico é o segundo item do comércio mundial, só sendo superado pelo tráfico de armamento. Estes são índices objetivos da decomposição das relações de produção imperantes: o mercado mundial, expressão mais elevada da produção capitalista, está dominado, primeiro, por um comércio da destruição e, segundo, por um tráfico declaradamente ilegal.

“Devido a sua localização geográfica, baixa capacidade operacional e escasso efetivo dos órgãos de segurança o Mato Grosso se destaca nesse cenário, sendo um dos principais pontos de entrada e armazenamento de cloridrato e pasta base de cocaína” (STEIMAN, 1995 p.31).

Nesse quadro, a Bolívia ganha papel de destaque no tráfico internacional de drogas. Para Sousa (2018):

Além da província de Chapare, Departamento de Cochabamba, outras regiões ganham relevância como a região de Ichilo no Departamento de Santa Cruz, entre outras localidades que registram a presença de representantes de organizações criminosas da Europa, México e Brasil, apesar da negativa do governo boliviano de existir organizações criminosas de outros países operando em seu território.

“Diante da frágil fiscalização na fronteira Brasil/Bolívia, a tendência natural é intensificar o fluxo de drogas por essa rota que faz do Estado de Mato Grosso um corredor de entrada com destino a quase todos os demais continentes” (COGGIOLA, 2015).

Além do tráfico de drogas, outros crimes tem grande incidência na região de fronteira, como o roubo e furto de veículos, contrabando e lavagem de dinheiro.

Mesmo com todos os esforços citados anteriormente, a situação na fronteira de Mato Grosso, ainda era preocupante, o que trazia sensação de insegurança, desestimulava o investimento e causava retardo para formação de um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento da região. Seria necessário a atuação do Estado para mudar esse quadro e como consequência dessa problemática, a Secretaria de Estado de Segurança Pública, com o Decreto 3.994, de 13 de março de 2002, criou o GEFRON, com o objetivo de atuar no enfrentamento aos crimes transfronteiriços, e como ainda não havia uma sede própria, sua instalação inicial foi nas dependências do 6º Batalhão de Polícia Militar de Cáceres/MT, (NETO; VANRELL, 2020 p.516).

A criação do GEFRON veio a colaborar com a atuação das demais instituições de Segurança Pública já presentes na região de fronteira, tendo no âmbito Estadual a Polícia Militar, composta pelos Comandos Regionais de Cuiabá, Várzea Grande, Tangará da Serra, Cáceres e Pontes e Lacerda, abrangendo os 28 municípios que fazem parte da faixa de fronteira, a Polícia Judiciária Civil, com delegacias no municípios fronteiriços, com destaque para a DEFRON – Delegacia de Fronteira, criada em 2017, e o Corpo de Bombeiros Militar. Na esfera federal, temos a presença do Exército Brasileiro (Comando de Fronteira Jauru/66º BI Mtz), da Marinha do Brasil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, todos com sedes no município de Cáceres.

A partir de então, o GEFRON passou a atuar na região, de forma integrada com as demais instituições de segurança, realizando um policiamento preventivo e repressivo na faixa de fronteira Brasil com a Bolívia nos limites da unidade federativa do Estado de Mato Grosso, convergindo suas ações no combate aos delitos recorrentes dessa faixa fronteiriça.

O Grupo Especial de Segurança de Fronteira é composto por uma Base Operacional em Porto Esperidião, e pelos Postos de Vila Cardoso e Avião Caído no município de Porto Esperidião, Posto do Matão no município de Pontes e Lacerda e Posto do Limão no município de Cáceres e conta com um efetivo de aproximadamente 140 (cento e quarenta) policiais⁶.

Ao unir, sob um mesmo comando operacional três instituições (Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiro Militar) de Mato Grosso para oferecer segurança específica na fronteira, particularmente a polícia militar e civil, o GEFRON possibilitou um avanço em atividades de segurança na fronteira com a Bolívia (MONTEIRO, 2016).

A região da fronteira oeste do Estado de Mato Grosso, para o GEFRON, foi dividida em setores e subsetores visando realizar uma fiscalização de forma planejada, com base em levantamentos estatísticos e nas tendências de migração do crime ocorrido na faixa de fronteira em virtude de ações integradas planejadas.

⁶ Dados da Gerência Administrativa do GEFRON. Jan. 2021

Nesta divisão de setores e subsetores foram utilizados como marcos as rodovias federais e estaduais resultando em 03 (três) setores, sendo eles: setor ALFA, BRAVO e CHARLIE, com seus subsetores respectivos: subsetor ALFA 1 e 2; subsetor BRAVO 1, 2 e 3 e o subsetor CHARLIE 1 e 2, neste último, se concentra a região alagada da fronteira no Mato Grosso, região de pantanal.⁷

O GEFRON atua nos 28 municípios da faixa de fronteira com patrulhamento das volantes (viaturas com 4 policiais militares) e patrulhamento fluvial, executado com barcos, principalmente nos rios Paraguai, Jauru e Bacia do Pantanal. As operações são desencadeadas pelo próprio grupo ou de forma integrada com outras instituições, como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas, Polícias Militar e Civil do Estado de Mato Grosso e de outros Estados da Federação⁸.

Algumas dessas operações integradas no enfrentamento aos crimes e a violência na fronteira são a nível federal como a Operação Hórus Vigia⁹, que faz parte do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O AGRONEGÓCIO NO CONTEXTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

O Agronegócio nacional tem se destacado como importante gerador de empregos, renda e divisas para a economia brasileira, sendo responsável por 21% de todo o produto gerado ao longo do ano de 2019 (CEPEA, 2021) e por 38,3% das exportações nacionais (IMEA, 2021). Em Mato Grosso, no mesmo ano, o agronegócio foi responsável por 98,4% das exportações e por 38% dos postos de trabalho (IMEA, 2021).

Este importante sistema produtivo, é formado por todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto de origem rural (ROSA; RUEDIGER; RICCIO, 2009). O conceito de agronegócio, entretanto,

⁷ Dados da Gerência Administrativa do GEFRON. Jan. 2021

⁸ Dados da Gerência Administrativa do GEFRON. Jan. 2021

⁹ Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br>>. Acesso: 09 jan. 2021.

também engloba todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as organizações governamentais, mercado futuros, associações de comércio, entre outros (ZYLBERSTAJN e NEVES, 2005).

Este conceito procede da teoria dos custos de transação, que afirma que além dos custos de produção habituais, as firmas possuem custos relacionados à necessidade acompanhamento dos acordos formais e informais firmados entre os diversos setores de uma mesma empresa e de empresas distintas. No contexto do agronegócio, a existência de sistemas de produção depende da realização de acordos que permitem a cooperação em todas as etapas de produção. Os custos de transação surgiriam quando da necessidade de acompanhamento destes acordos, por meio de elaboração, acompanhamento e fiscalização de contratos (ZYLBERSTAJN e NEVES, 2005).

A existência de um bom ambiente de negócios, - ou seja, um ambiente em que os agentes pertencentes a um sistema produtivo atuam de forma harmonizada, resultaria em menor custo de transação dada a diminuta exigência de acompanhamento dos acordos firmados - é essencial para que as cadeias do agronegócio sejam bem coordenadas de modo que seu potencial econômico seja consolidado (ZYLBERSTAJN e NEVES, 2005).

Segundo Kuznets (1968), este potencial econômico pode ser visualizado por meio da elevação da eficiência produtiva da agropecuária, que pode contribuir para a redução do preço de alimentos e matérias-primas, para a elevação da demanda de máquinas e equipamentos e para as transferências intersetoriais relacionadas ao pagamento de impostos e a oferta de mão de obra, além de possibilitar a obtenção de divisas. McArthur e McCord (2017) concluem que a produtividade agrícola tende a contribuir para o crescimento econômico, por meio de mudanças na estrutura do trabalho e do aumentando da produtividade total dos fatores.

Neste sentido, a eficiência produtiva observada no meio rural é essencial para o progresso da economia como um todo e a manutenção desta eficiência passa pela existência de um bom ambiente de negócios. Na zona de fronteira esta realidade também é válida. Entretanto, além das dificuldades existentes em outras regiões, na

fronteira, tem-se a criminalidade transfronteiriça como um fator adicional que prejudica o ambiente de negócios, a medida em que produzem a sensação de insegurança. Este contexto, prejudica o ambiente de negócios e inibe a realização de investimentos região.

Na região da fronteira do Estado de Mato Grosso, esta situação também é observada. Como afirma Monteiro (2016), ao fim do século XIX, a pecuária bovina já era uma atividade em constante expansão ao longo da região dos municípios de Cáceres e de Vila Bela da Santíssima Trindade, sustentando uma grande indústria de processamento de carne para exportação. Conforme dados do IBGE (2021), em 2019 estes municípios possuíam o maior número de cabeça de gado entre os municípios estaduais. Ainda segundo a referida instituição, somados à Pontes e Lacerda, Comodoro e Porto Esperidião, que também integram este estudo, o rebanho representa 13% do estadual.

A produção agrícola ocupou 223 mil hectares, em 2019, com destaque para a soja e para o milho que juntos ocuparam 91% da área colhida nos cinco municípios. Estas culturas estão situadas, principalmente, nos municípios de Vila Bela e de Comodoro (IBGE, 2021). Em relação a Vila Bela, destaca-se que o crescimento da produção agrícola “não adentrou pela região do rio Gomalina e estrada do Matão (Rodovia MT 265), que são as mais próximas da fronteira” (MONTEIRO, 2016 p. 48).

A presença, preponderante, destes cultivos que são o símbolo do agronegócio estadual, revelam a tendência de expansão da agricultura na região, frente a pecuária, já tradicional na região. Em que pese a existência de barreiras ecológicas em algumas partes do ecossistema pantaneiro, que conforma a região da fronteira de Mato Grosso com a Bolívia, o cultivo intensivo em capital tem expandido na região. Os elevados investimentos, necessários para a instalação dos pacotes tecnológicos inerentes ao modelo agroexportador, exigem a existência de um ambiente de negócios seguro. Neste sentido, a atuação do GEFRON é preponderante para a continuidade dos aportes na região.

No que se refere ao elo primário das cadeias agropecuárias de produção, a distância dos centros urbanos é uma característica inerente, mas que traz

consequências relevantes sobre os custos de transação. A prática de crimes, que já levam a custos privados significativos nas cidades, acarreta custos de transação, no meio rural.

Desta feita, o combate ao crime organizado, responsável pela subtração de insumos e bens finais armazenados nas unidades rurais e o comportamento oportunista de alguns produtores que infringem leis e normas locais de produção, como leis ambientais e do trabalho, pode ser tido como um custo de transação necessário para o pleno funcionamento da atividade econômica de uma localidade.

Em uma região de fronteira, como abordado por este estudo, este problema é agravado pela presença do tráfico internacional. Estes custos transação podem inviabilizar total ou parcialmente a produção e comercialização de produtos na fronteira. É neste contexto que se insere a atuação do GEFRON como agente público responsável por reprimir o comportamento oportunista na faixa de fronteira e assim contribuir para o crescimento econômico regional visualizado no aumento do valor da terra, na percepção de segurança dos proprietários rurais e na comercialização de produtos.

ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa começou apresentando o diagnóstico de indicadores de criminalidade da atuação do GEFRON, com informações extraídas das principais ocorrências atendidas pelo Grupo entre os anos de 2016 a 2020 e organizadas na Tabela 1:

Tabela 1 – Indicadores de criminalidade

INDICADORES / GEFRON	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Ocorrências registradas	270	282	284	265	342	1.159
Pessoas encaminhadas (brasileiros)	311	305	343	283	444	1.686
Pessoas encaminhadas (bolivianos)	29	27	19	14	24	113
Outras nacionalidades	2	2	2	0	0	6
Prisões por mandado judicial	58	49	47	31	40	225
Entorpecentes apreendidos (em kg)	3.950,48	3.041,37	4.081,04	6.446,27	14.377,00	31.896,16
Moeda estrangeira apreendida (em dólares)	387.700,00	0,00	21.395,00	128.530,00	32.031,00	569.656,00
Moeda nacional apreendida (em reais)	232.395,00	299.842,20	322.650,50	73.010,00	231.005,00	1.314.207,70
Contrabando/desca minho (kg)	10.885,00	40.939,00	2.639,00	29.950,00	3.625,00	88.038
Veículos apreendidos e/ou recuperados	202	210	219	247	335	1.213
Aeronaves apreendidas	1	1	4	2	11	19
Armas	60	55	41	31	67	254
Munições	2.586	754	424	1.072	1.922	6.758

Fonte: adaptado de Seção de Estatística do GEFRON e SROP. 2021

Como demonstram os dados da Tabela 1, os números de ocorrências registradas mantiveram-se relativamente constantes, assim como a quantidade de pessoas encaminhadas (por cometimento de algum crime). Do total de pessoas encaminhadas, 6,6% são bolivianos que adentraram o território brasileiro e foram detidos praticando algum tipo de ilícito penal. A maioria dos bolivianos encaminhados foi pelo crime de tráfico de drogas⁷. Já a quantidade de entorpecentes apreendidos (excetuando o ano de 2017), aumentou de um ano para outro, o que refletiu no quantitativo de aeronaves apreendidas, todas relacionadas ao tráfico de drogas¹⁰. O ano de 2020 teve um aumento significativo na apreensão de entorpecentes, ultrapassando em quantidade os 3 anos anteriores e superando em 123% o total de drogas apreendidas do ano anterior (2019). A quantidade de veículos recuperados também aumentou de um ano para outro. Comparando o ano de 2020

¹⁰ Dados da Seção de Estatística do GEFRON. 2021

com 2016 ocorreu um acréscimo de 60% nas apreensões de veículos. Esses índices estão diretamente ligados com os dados que serão apresentados na sequência sobre a percepção dos entrevistados concernente a segurança na região de fronteira. Já a quantidade de contrabando e descaminho oscilou entre um ano e outro. Essa oscilação pode estar relacionada ao aumento do valor do dólar americano, pois encarece os produtos bolivianos tornando-os menos atrativos.

QUESTIONÁRIOS

Foram encaminhados questionários para 450 produtores rurais dos municípios de Cáceres, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade, dos quais, 59 produtores encaminharam suas respostas. Os questionários foram disponibilizados aos Sindicatos rurais dos 5 municípios desta pesquisa, na forma de formulário da plataforma Google Forms. As perguntas, eram para respostas objetivas, perguntas para atribuições de notas (de 0 a 10), e perguntas abertas para a livre opinião de resposta dos participantes do questionário, totalizando 12 perguntas. As respostas obtidas foram organizadas e analisadas em Tabelas e Figuras. A Tabela 2 dispõe informações sobre o perfil dos entrevistados.

Tabela 2 – Perfil dos entrevistados

	Sexo	Idade	Município	DLF	TP
Feminino	11,86%	-	-	-	-
Masculino	88,14%	-	-	-	-
Entre 27 e 45 anos	-	25,42%	-	-	-
Entre 46 e 53 anos	-	49,15%	-	-	-
Mais de 54 anos	-	25,42%	-	-	-
Cáceres	-	-	62,71%	-	-
Comodoro	-	-	6,78%	-	-
Pontes e Lacerda	-	-	13,56%	-	-
Porto Esperidião	-	-	10,17%	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	-	-	6,78%	-	-
Localizado na fronteira	-	-	-	10,17%	-
Até 5km da linha de fronteira	-	-	-	10,17%	-
Até 50km da linha de fronteira	-	-	-	54,24%	-
Até 100km da linha de fronteira	-	-	-	25,42%	-

Entre 1 e 19 anos	-	-	-	-	18,64%
Entre 20 e 27 anos	-	-	-	-	54,24%
Mais de 27 anos	-	-	-	-	27,12%

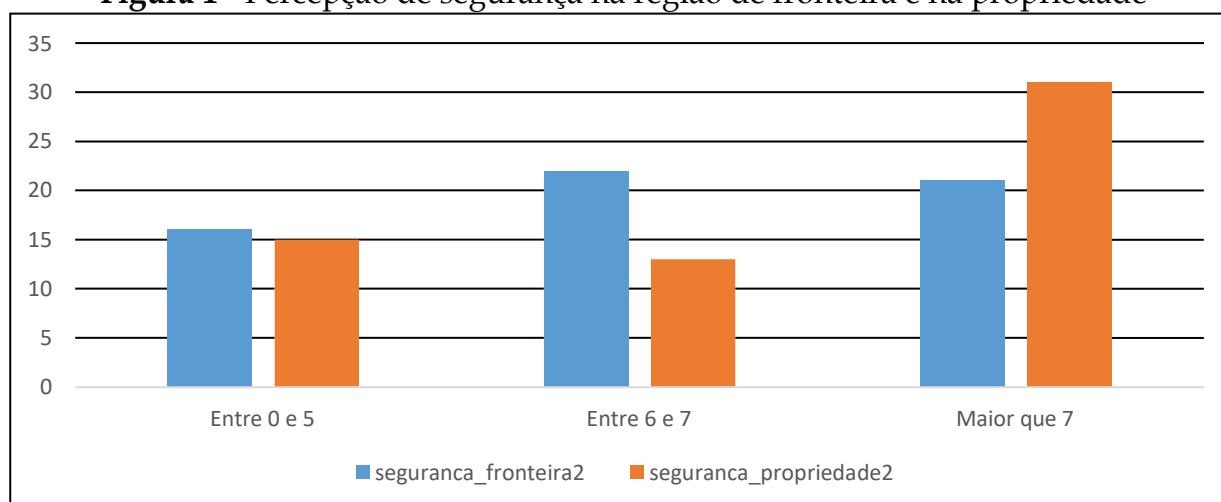
Obs.: DLF é a distância da propriedade até a linha de fronteira; TP é a quantidade de anos que o entrevistado reside na propriedade.

Fonte: Autores. 2021

A Tabela 2 identifica o perfil médio dos entrevistados. Homens (88%), com idade entre 46 e 53 anos (49%), residentes em Cáceres (62%) que possuem propriedade rural distante em até 50 quilômetros da linha de fronteira (54%). Possuem a propriedade entre 20 e 27 anos (54%).

A seguinte questão buscou analisar a percepção dos produtores rurais quanto a segurança na região de fronteira e na propriedade especificamente, o que pode ser observado na Figura 1. Fica evidente que os entrevistados constatarem um bom nível de segurança tanto a nível regional (fronteira), quando a nível local (acima de 6). Entretanto, o nível de percepção de segurança é maior em relação a propriedade.

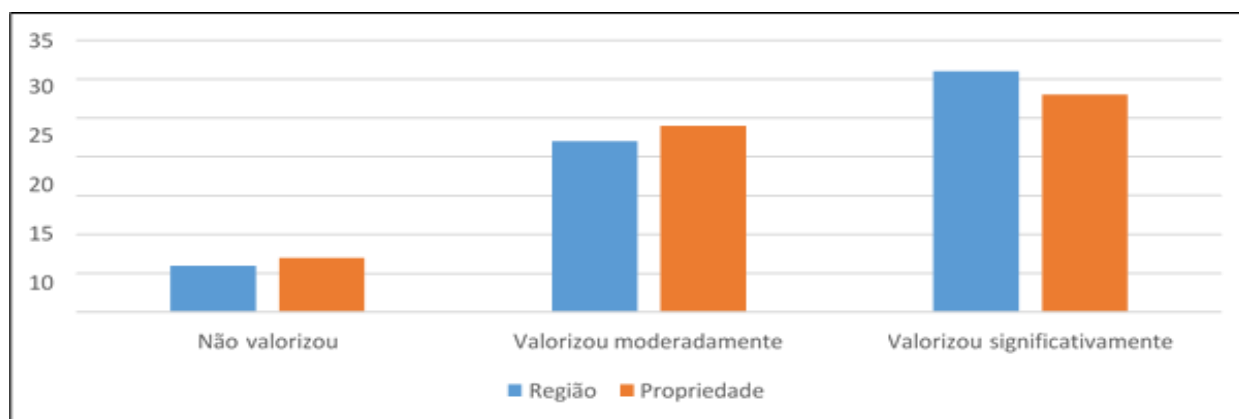
Figura 1 - Percepção de segurança na região de fronteira e na propriedade



Fonte: Autores. 2021

Em continuidade, na Figura 2, tem-se a percepção da valorização da terra pelos entrevistados.

Figura 2 – Percepção da valorização da terra

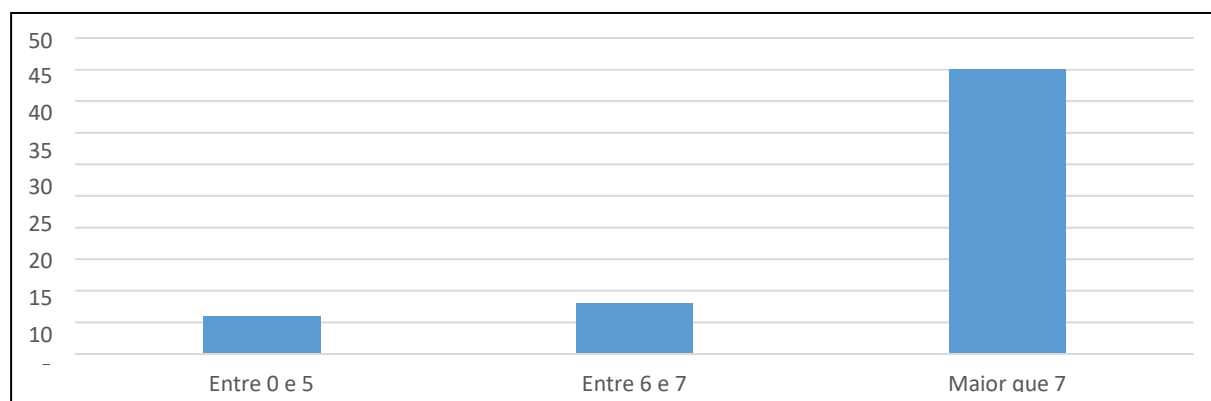


Fonte: Autores. 2021

A maioria dos entrevistados respondeu que houve valorização significativa da terra na região (52%), e foi observada a mesma tendência para a valorização da propriedade (47%).

A Figura 3 revela a percepção dos entrevistados quanto a importância do GEFRON para a comercialização dos produtos.

Figura 3 – Importância do GEFRON para a comercialização de produtos



Fonte: Autores. 2021

A percepção para a maioria dos entrevistados (45), é que a importância do GEFRON para a comercialização de seus produtos está acima de 7, representando mais de 76% das respostas.

Na Tabela 3 foram relacionadas as percepções de segurança na região de fronteira e na propriedade particular dos produtores rurais participantes da

pesquisa, os principais tipos de crimes observados na região, a percepção que eles têm da valorização da terra na região de fronteira e da propriedade analisada individualmente e o grau de importância do GEFRON na garantia de comercialização.

Tabela 3 – Percepção dos produtores quanto a segurança na fronteira

	PSRF	PSP	TCO	PVTRF	PVP	GIGC
Entre 0 e 5	27%	25%				
Entre 6 e 7	37%	22%				
Maior que 7	36%	53%				
Roubo			40%			
Tráfico de drogas			29%			
Roubo de maquinário agrícola			13%			
Furto			7%			
Abigeato			4%			
Não valorizou				10%	12%	
Valorizou moderadamente				37%	41%	
Valorizou significativamente				53%	47%	
Entre 0 e 5						10%
Entre 6 e 7						14%
Maior que 7						76%

Obs.: PSRF é a percepção de segurança na região de fronteira; PSP é a percepção de segurança na propriedade do entrevistado; TCO são os tipos de crimes mais observados pelo entrevistado na região; PVTRF é a percepção de valorização da terra na região de fronteira; PVP é a percepção de valorização da propriedade do entrevistado; GIGC é o grau de importância do GEFRON para a garantia de comercialização.

Fonte: Autores. 2021

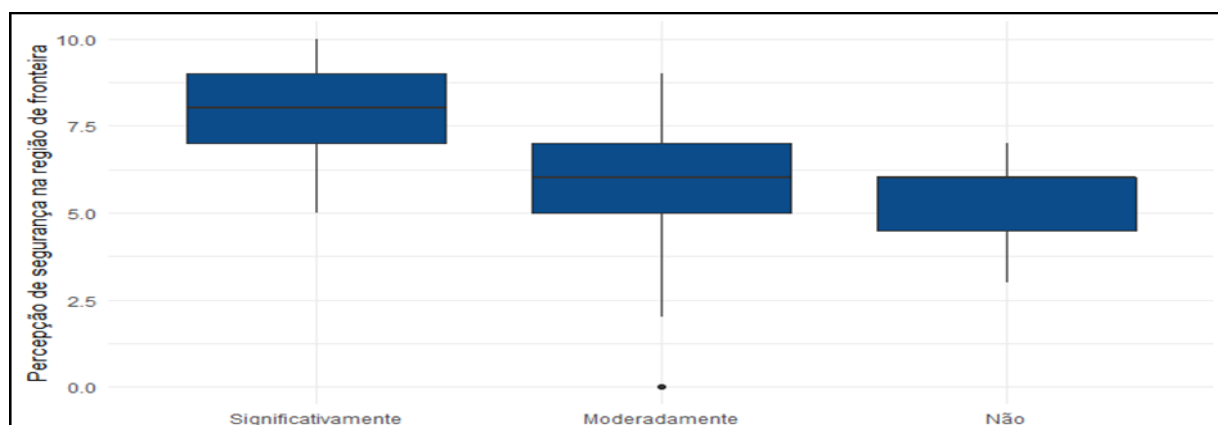
ANALISANDO O COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS

A análise a seguir vislumbra captar a influência da atuação do GEFRON sobre a atividade econômica na faixa de fronteira. Considerando o valor da propriedade, da terra e a comercialização pode-se captar essa influência nas respostas dos entrevistados. Na Figura 4, é perceptível que os produtores rurais que acreditam que a atuação do GEFRON foi significativa para a valorização de sua propriedade, tem percepção de segurança na região de fronteira, entre as notas 5 e 10, sendo mais concentrada entre as notas 7 e 9. A percepção moderada foi a que apresentou maior

abrangência, tendo notas de 2 a 9, mas concentrada entre as notas 5 e 6. Foi identificada uma nota zero.

Os entrevistados que acreditam que a atuação do GEFRON não interferiu na valorização obtiveram notas entre 3 e 6, com maior concentração em torno da nota 5. Evidencia-se uma assimetria negativa, pois a maior parte dos dados estão abaixo da mediana.

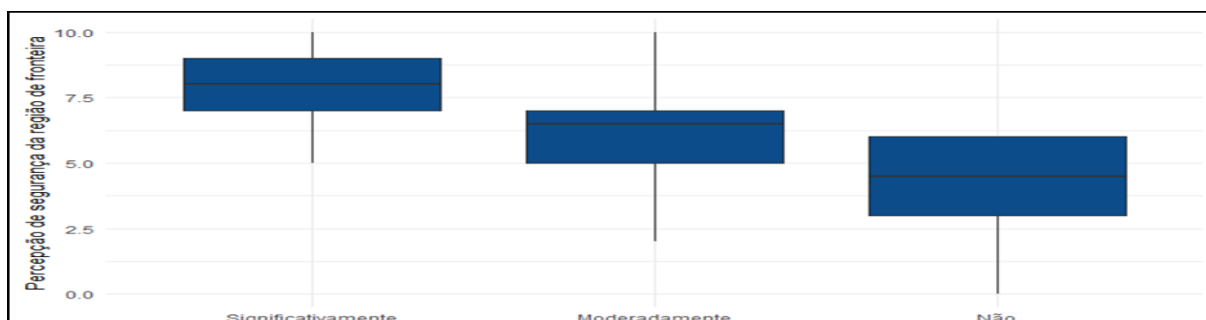
Figura 4 – Percepção da valorização da propriedade e a atuação do GEFRON



Fonte: Autores. 2021

A Figura 5 apresenta a relação entre a percepção de segurança na região de fronteira com a influência da atuação do GEFRON sobre o valor da terra na região (e não na propriedade). A inferência feita para o gráfico anterior também pode ser vista aqui. Porém, aqueles que responderam não registraram ainda mais notas baixas para a percepção de segurança na região de fronteira que no gráfico anterior.

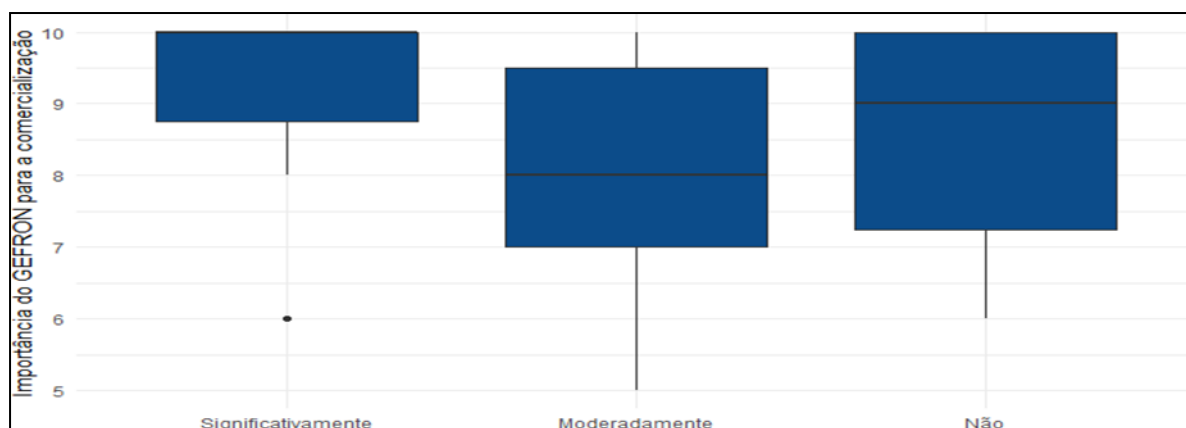
Figura 5 – Percepção da valorização da região e a atuação do GEFRON



Fonte: Autores. 2021

A Figura 6 estabelece a interrelação entre a percepção de valorização da propriedade e a importância do GEFRON para a comercialização dos produtos:

Figura 6 - Percepção da valorização da propriedade e a importância do GEFRON

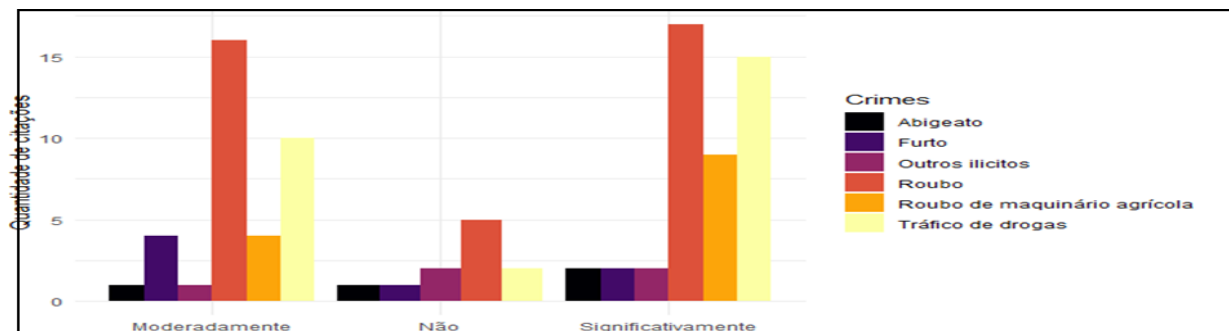


Fonte: Autores. 2021

Novamente, a exceção de alguns “outliers”⁸, todos os entrevistados concordam com a importância do GEFRON para a comercialização, inclusive aqueles que acham que o GEFRON não influencia o valor de sua propriedade. A resposta “NÃO” para a valorização da propriedade apresenta notas que vão de 6 a 10, no que se refere a importância para a comercialização recebe notas de 6 a 10 para a importância. Além disso, a maior parte das notas é superior à 7. A suposição feita dessa análise é de que a maioria dos produtores rurais acreditam que, mesmo não influenciando o valor da propriedade, a atuação do GEFRON influencia em seus negócios. Os demais acreditam que tanto a propriedade quanto seus negócios são beneficiados.

Na Figura 7 foram identificados os principais crimes que ocorrem na região conforme a percepção dos produtores rurais, bem com quais os crimes foram mais observados pelos respondentes que não consideram o GEFRON importante para a valorização da propriedade.

Figura 7 – Percepção da valorização da propriedade e a atuação do GEFRON



Fonte: Autores. 2021

Conforme analisado na Figura 7 ficou demonstrado que os crimes mais observados foram roubo (exceto abigeato e roubo de maquinário agrícola), tráfico de drogas e roubo de maquinário agrícola.

Quanto ao roubo, a principal reclamação se refere ao roubo de automóveis e os entrevistados que não veem a relação entre a atuação do GEFRON e a valorização da propriedade, relataram o roubo em maior quantidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvida quanto a importância da Segurança Pública na região compreendida pela fronteira do Estado de Mato Grosso com a Bolívia. De uma forma geral, sem segurança pública, as atividades sociais e econômicas pacíficas, essenciais para o desenvolvimento humano, estão ameaçadas, tolhidas, impedidas de ocorrerem. Especificamente, nos referimos ao conjunto sistêmico que permite a população de um determinado território, estar livre do perigo de danos e riscos à sua vida e ao seu patrimônio.

Os indicadores de criminalidades do GEFRON tem demonstrado o valor da atuação e resultados do Grupo na faixa de fronteira com destaque para o enfrentamento ao tráfico de drogas, crime este responsável direta e indiretamente por outras modalidades criminosas. Contudo, pela percepção dos entrevistados, os crimes mais observados foram os crimes contra o patrimônio, como o roubo, que somado ao

roubo de maquinário, totalizando 53% dos crimes. Diante desses dados fica a proposta de um trabalho de aproximação das instituições policiais, junto aos setores da sociedade civil organizada de forma a entender a percepção que público tem sobre a temática de segurança e sobre a criminalidade na fronteira, direcionando melhor a aplicação de políticas públicas na região.

Este artigo propõe que um trabalho mais robusto deve ser desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso, no fortalecimento das ações e atuação do Grupo Especial de Segurança de Fronteira, buscando a integração com demais de forma a abarcar os demais municípios que compõem a faixa de fronteira, além dos que foram mencionados neste trabalho, e que sofrem também com os crimes tipicamente transfronteiriços.

Tendo uma compreensão maior sobre a realidade e necessidade da região, poderão ser melhor direcionados investimentos na região de fronteira e implementadas políticas públicas voltados para o aperfeiçoamento da atuação policial o que poderá refletir no desenvolvimento social e crescimento econômico na faixa de fronteira do Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Henrique Mascarenhas. et al. **A Relação entre Confiança e Custos de Transação em Relacionamentos Inter organizacionais**. 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a04v15n4.pdf> >. Acesso: 02 jan. 2021.

ARAÚJO, Maria do Socorro S. e PUHL, João Ivo. **Cáceres e San Matias na Perspectiva de cidades-gêmeas: um estudo de possibilidades**. Faculdade de Ciências Humanas/Curso de História. Campus Universitário “Jane Vanini”, UNEMAT, Cáceres/MT. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/> . Acesso: 08 Mar.2021.

BRASIL. **Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, 2018 - 2028**. Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/plano-e-politica-nacional-de-seguranca-publica-e-defesa-social.pdf> >. Acesso: 13 jan. 2021.

_____. **Plano Estratégico de Fronteiras**. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7496.htm > . Acesso: 10 jan. 2021.

_____. **Programa de Proteção Integrada de Fronteiras**. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm > Acesso: 10 jan. 2021.

_____. Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais Coordenação- Geral de Agronegócios, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção. **O SETOR DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL**. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1273158100.pdf >. Acesso: 01 jan. 2021.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. 2017. **Estudo sobre a criminalidade no campo**. Disponível em: < https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/estudos/cna_diagnostico_criminalidade_no_cam po_web_0.13770700%201528338327.pdf >. Acesso: 02 jan. 2021.

COGGIOLA, Osvaldo. **O Comércio de drogas hoje**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260347953_O_COMERCIO_DE_DROGA_S_HOJE/link/566b3e4b08ae1a797e39e672/download. Acesso: 01 jan. 2021.

FIGUEIRA, Maria Manuela Caria. IDENTIFICAÇÃO DE OUTLIERS. 1998. Disponível em: <<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/820/1/Identifica%c3%a7%c3%a3o%20de%20Outliers.pdf>> Acesso: 25 jan. 2021

MACEDO, Daniel Almeida. Fronteira Brasil – Bolívia em Mato Grosso: segurança pública, desenvolvimento social e a construção da identidade nacional. 2017. Disponível em : <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/74161/42061>. Acesso: 05 jan. 2020.

MATO GROSSO. Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública a Fronteira do Estado de Mato Grosso. 2011. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/32212650/doemt-10-11-2011-pg-1>>. Acesso : 10 jan. 2021.

_____. **Plano estadual de enfrentamento às drogas em Mato Grosso**. 2011. Disponível em: < <http://www.sesp.mt.gov.br/plano-estadual-de-enfrentamento-as-drogas>>. Acesso: 28 jan. 2021.

_____. **Plano Estadual de Segurança Pública para Fronteira**. 2014. Disponível em: <http://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/4959735/DECRETO+N+2.472%2C+DE+28+DE+JULHO+DE+2014..pdf/5d4480dc-61df-4499-910b-b5e78e23cb8a>> . Acesso: 10 jan. 2021.

MENESES, Paulo Hernandes Rodrigues. **A atuação do GEFRON na fiscalização do tráfico de drogas na fronteira Mato Grosso/Bolívia**. 2010. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/166/pdf_63> Acesso: 31 jan. 2021.

MONTEIRO, Silvio Tavares. **A fronteira Brasil – Bolívia no Mato Grosso**. ALMT-COOTRADE. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Mundial de Drogas**. 2020. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2020/field/WDR20_Booklet_3.pdf>. Acesso: 06 mar. 2021.

NETO, Francisco de Campos Neto; VANREL, Jorge Paulete. **Mulas Humanas no Tráfico Internacional Bolívia – Brasil**. São Paulo: Editora Distribuidora, 2020.

ROSA, Elizabeth, RUDIGER, Marco Aurélio, RICCIO Vicente. 2009. **Agronegócio e Modernização da Fronteira Agrícola: Uma Avaliação a Partir da Análise**. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/.pdf admin/pdf/APS2834](http://www.anpad.org.br/.pdf%20admin/pdf/APS2834)>. Acesso: 02 jan. 2021.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. **Os Cocalers do Chapare: coca, cocaína e políticas internacionais antidrogas na Bolívia**. 2018. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5477/1/2006_Rosinaldo%20Silva%20de%20Souza.pdf>. Acesso 14 jan. 2021.

STEIMAN, Rebeca. **O mapa da droga**. 1995. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1995-O-mapa-da-droga-RSt.pdf>>. Acesso: 02 jan. 2021.

ZYLBERSTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. Editora Pioneira Thomson. São Paulo, 2005.